



A escolarização da infância no início do século XX no Paranáⁱ

*The schooling of children at the beginning of the 20th century in **Paraná***

Vera Lucia Martiniak

Luciana Kubaski Alves

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Ponta Grossa-Brasil

Resumo

Com a reorganização política, a partir da proclamação da república, a instrução pública passou a ser considerada estratégia importante para a difusão dos ideais republicanos, que buscavam alfabetizar a população analfabeta. Nesse contexto, os livros escolares, principalmente a cartilha, se consolidaram com um instrumento fundamental para construir o novo cidadão, dando-lhe formação moral para o progresso da sociedade, oferecendo-lhe uma educação elementar, que atendesse grande parte da massa ou, pelo menos, alfabetizasse a população. Assim, este texto apresenta uma discussão a respeito das práticas de leitura e escrita utilizadas no início do século XX, nas escolas paranaenses, a partir da utilização da cartilha. O aporte teórico baseia-se no materialismo histórico-dialético a fim de analisar a ideologia e concepções que permeavam o movimento de escolarização no Paraná.

Palavras-chave: Cartilha; Alfabetização; Instrução Pública.

Abstract

With the political reorganization following the proclamation of the republic, public education became an important strategy for spreading republican ideals, which sought to make the illiterate population literate. In this context, school books, especially the primer, became a fundamental instrument for building up the new citizen, giving him moral training for the progress of society, offering him an elementary education that would serve a large part of the masses or, at least, literate the population. Thus, this text presents a discussion of the reading and writing practices used at the beginning of the 20th century in Paraná schools, based on the use of the primer. The theory is based on historical-dialectical materialism in order to analyze the ideology and conceptions that permeated the schooling movement in Paraná.

Keywords: Textbook; Literacy; Public Instruction.

Introdução

No fim do século XIX, com a transição de uma organização social de trabalho escravo para uma organização de trabalho assalariado, começaram a surgir, em vários locais do Brasil, núcleos de pequenas propriedades agrícolas de base familiar. Para suprir a demanda de mão de obra nas grandes fazendas surgiram os núcleos de colonização estrangeira, principalmente no sul do país. Nesse contexto, as relações de produção centradas no senhor e no escravizado foram substituídas pela relação entre o capitalista e o empregado, os quais passaram a constituir a nova estrutura econômica da sociedade que edificou a superestrutura capitalista (Singer, 1980).

As relações de produção se consolidaram, ao longo do século XX, com a expansão da indústria e a consequente modernização do setor agrícola. A indústria brasileira ocupou uma posição subordinada à economia agroexportadora, posição que se alterou com a crise de 1929-30, com a evolução de uma economia industrializada, voltada para a substituição de importações.

A educação passou, então, a ser considerada como fator fundamental para o desenvolvimento do país, e deveria ser estendida à população, com o intuito de promover o aperfeiçoamento do indivíduo e, consequentemente, da sociedade. Entretanto, a instabilidade política, vivenciada pelo país nesse período, e o domínio das oligarquias regionais acentuaram as desigualdades sociais e impediram uma mudança qualitativa na educação.

A partir deste cenário, o texto apresenta os resultados de pesquisa que teve como objetivo compreender as práticas de leitura e escrita utilizadas no início do século XX, nas escolas públicas paranaenses, a partir da utilização da cartilha. Para o desenvolvimento da pesquisa definiu-se como enfoque teórico o materialismo histórico-dialético. Entende-se que a educação expressa as condições sociais dos diferentes momentos históricos pelos quais passou. Portanto, não é possível compreender a evolução da educação na sociedade sem se compreender o movimento do capital.

Assim, pretende-se desvelar as contradições existentes centrando-se na análise da totalidade e seus determinantes, considerando um contexto mais amplo, marcado pela mudança da estrutura baseada no trabalho escravo para o trabalho assalariado e na formação do novo cidadão, dando-lhe formação moral para o progresso da sociedade.

Ao abordar o processo de escolarização da infância brasileira e, mais especificamente, no Paraná, a partir da utilização das cartilhas escolares, o texto tem como objetivo interpretar o passado e não somente reconstruí-lo, mas trazer à realidade acontecimentos que ainda não foram abordados na história da educação. Isso possibilita vislumbrar práticas educativas que passaram despercebidas; documentos, cuidadosamente guardados por particulares ou instituições públicas, que não perderam sua importância, pois o seu conteúdo traz à tona particularidades reveladoras de uma determinada época; assuntos diversos que para muitos não passavam de fatos corriqueiros e sem valor expressivo, mas que diante dos olhos do pesquisador criam vida e tornam-se peças-chave para completar um quebra-cabeça.

Nesse universo de informações e documentos, os livros escolares têm um conteúdo que, embora relacionado com a História e a organização didático-pedagógica de uma instituição escolar, não deixam de ter como principal ponto de referência o homem. Não o homem isolado, considerado apenas em sua individualidade, mas o homem inserido dentro de uma realidade social da qual resultam sua concepção de mundo, de suas atividades práticas, a maneira como ele vive, construídas dentro de um tempo social. Tal construção implica uma relação que se estabelece entre o antes e o depois, o depois e o agora. Assim, tanto o passado como o presente tornam-se produtos das experiências e da vivência do homem em sua prática, sendo resultados do modo como o homem vive, das suas relações com os outros homens e, assim, da forma como produz sua existência. E essa produção não implica somente construir bens materiais, mas também implica o seu desenvolvimento intelectual por meio da consciência que tem de si, como ser histórico e social, dotado da capacidade de tomar a realidade e ver nela a sua imagem refletida, como objeto de pensamento, como objeto do conhecimento, como objeto de projeção de suas ideias. (Marx, 1998). A produção das ideias está entrelaçada a atividade material

Para a organização do texto, optou-se, primeiramente, em contextualizar a educação a partir dos parâmetros impostos pelo setor produtivo e a ausência do poder público para a criação e manutenção de instituições escolares para oferta da instrução pública para a população brasileira. No segundo momento discute-se a utilização da cartilha para o ensino da leitura e escrita, para alfabetização da população brasileira.

Ao tomar os materiais impressos no início do século XX como objeto para análise, assume-se o compromisso com o desvelamento dos interesses ideológicos que

desencadearam a sua produção e circulação nas escolas paranaenses. O livro didático, enquanto documento produzido pelo homem, não pode ser compreendido em um contexto isolado, mas sim, a partir do movimento de sua articulação com o contexto nacional. Assim, entende-se que a educação expressa as condições sociais dos diferentes momentos históricos pelos quais passou, não sendo possível compreendê-la sem se conceber os interesses ideológicos presentes.

A educação no início do século XX

Com a reorganização do Estado e a promulgação da Constituição em 1891, a instrução pública mereceu destaque por parte do governo republicano. Em seu artigo 70, parágrafo primeiro, somente poderiam participar das eleições os cidadãos maiores de 21 anos, e era proibido o alistamento das pessoas analfabetas e mendigas. O voto era restrito aos homens, sendo que as mulheres eram proibidas de votar. Nesse sentido, a educação tornou-se prioridade para os governantes, como forma de difundir as letras e civilizar a população. A influência da filosofia positivista estava presente nessa constituição, pois “[...] era a forma de tentar implantar e difundir tais ideias através da educação escolarizada, já que, politicamente, tal corrente de pensamento sofre um declínio de influência a partir de 1890” (Ribeiro, 1986, p. 73). Os ideais que inspiraram a Proclamação da República e a organização da nova constituição estavam apoiados na doutrina liberal.

É importante destacar que o liberalismo é entendido como “[...] uma determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social” (Bobbio, 1997, p. 7). Já a democracia é compreendida como uma das “[...] várias formas de governo, em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte, como tal se contrapondo às formas autocráticas” (Bobbio, 1997, p. 7). Contudo, ser um estado liberal não significa necessariamente ser um estado democrático, “[...] o Estado liberal clássico foi posto em crise pelo progressivo processo de democratização produzido pela gradual ampliação do sufrágio até o sufrágio universal” (Bobbio, 1997, p.7-8).

As bases do pensamento liberal encontram-se nas formulações de Locke, que defende a existência de um Estado defensor da propriedade. Dessa forma, o indivíduo proprietário, transfere seus poderes individuais para o Estado, que passa a ser controlado pela maioria.

Essa maioria, com o consentimento de cada indivíduo, constitui-se uma comunidade, com o poder de ação que se dá por meio da vontade e resolução de seus membros.

Segundo a doutrina, os indivíduos nascem com potencialidades distintas, devendo posicionar-se na sociedade de acordo com sua motivação e não com a posição ocupada pelos pais. Nesse sentido, o papel da escola é disponibilizar as posições na estrutura social, de modo que as diferenças entre os homens não sejam acentuadas, mas que sejam suficientemente motivadas para competir por tais posições.

À luz da doutrina liberal afirma-se que os indivíduos são os únicos responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso social, destituindo-se a sociedade de qualquer responsabilidade. Portanto, se a autoridade (governo) permite a todos o desenvolvimento de suas potencialidades, cabe ao indivíduo a responsabilidade em conquistar uma posição social vantajosa. Tal posição pode ser atingida pela liberdade individual, sendo condição fundamental para o desenvolvimento das potencialidades individuais. Com isso, o princípio da individualidade está intimamente associado à liberdade.

Os princípios da doutrina liberal (individualismo, liberdade, igualdade, propriedade e democracia) influenciaram expressivamente a organização da sociedade brasileira na primeira república. Essa influência deu-se principalmente no setor educacional, o qual é um dos responsáveis pela transmissão e manutenção da ideologia da classe dominante.

Diferentemente da maneira como se formou a doutrina liberal nos países europeus, no Brasil os ideais liberais da escola “redentora”, promotora de progresso individual, social e econômico, redundou em um sistema educacional que produziu elites dominantes. As propostas educacionais, como as contidas nos Pareceres de Rui Barbosa, refletiam:

[...] uma preocupação do discurso educacional ao discurso político e pareciam expressar mais que uma proposta de renovação social, o desconforto das elites intelectuais ‘progressistas’, diante de um índice de analfabetismo que punha a descoberto o ‘atraso’ do país (Xavier, 1990, p. 61).

Após a Proclamação da República, com o avanço das relações capitalistas e a influência da ideologia liberal as preocupações educacionais se intensificaram e tornaram-se mais fortes os apelos em torno da reforma e difusão do ensino. Mas, a forma de organização do novo regime, consolidado na “Política dos Governadores”, no “voto de cabresto”, nas fraudes eleitorais e no federalismo que garantiu o domínio das oligarquias regionais, em nada favoreceu a ampliação das oportunidades educacionais ou mudanças qualitativas da

educação. Nessa perspectiva, Xavier (1990) aponta que a pressão social pela difusão do ensino foi absorvida pela elite defensora da “redenção” pela escola, que se incumbiu de respaldá-la no ideário adequado e de pressionar o Estado.

Nesse contexto, o sucesso e a incorporação dos pressupostos educacionais liberais decorreram da ignorância sobre as verdadeiras causas da miséria das camadas subalternas; do discurso das camadas médias, sequiosas de participação nos privilégios e manutenção da estrutura que as sustentava; e da retórica da elite dirigente, que alimentava essas ilusões.

A modernização do ideário liberal nacional deu-se, nesse momento, por meio do pensamento da Pedagogia Nova, tendência que teve John Dewey como expoente e que atendia perfeitamente os interesses da classe dominante. Basicamente, esse período foi marcado por várias reformas, na tentativa de elaborar uma nova política educacional para o país. Dentre os projetos destacados, distinguiram-se os liberais, que expressavam o anseio de um país solidificado em bases urbano-industriais democráticas e defendiam uma educação regida pelas ideias da Pedagogia Nova. A Escola Nova opôs-se à escola tradicional, ao procurar substituir a rigidez dos velhos programas, da memorização e dos exames desnecessários, e priorizou a colaboração e a solidariedade entre os alunos. Entretanto, Ponce (1982, p. 157) alerta que exatamente “[...] como acontecia nos primeiros tempos da manufatura, em que o patrão agrupava os seus operários no mesmo local para economizar espaço, luz etc.”, assim na escola o trabalho era realizado isoladamente. Os técnicos da nova didática apropriaram-se dessa sugestão para reunir os alunos ao redor de “centros de interesses”, associando-os mediante trabalhos em comum.

Os ideais inspiradores de Dewey originaram o “Manifesto dos Pioneiros de Educação Nova”, que teve como ponto fundamental a luta pela escola pública e obrigatória, laica e gratuita. Apenas uma pequena parte da população tinha acesso à instrução – a elite – do outro lado estava uma grande parcela da população analfabeta, sem participação política que iria atuar nas indústrias.

Nesse cenário, com a industrialização crescente e a transformação das formas de produção no campo, a mudança de um modelo econômico agrário-exportador para um modelo econômico urbano-industrial, surgiu a necessidade de formação de mão de obra para os setores secundários e terciários da economia.

Com a instituição do sistema federativo de governo, a União reservou-se o direito de criar instituições de ensino superior e secundário nos estados e prover a instrução secundária no Distrito Federal e, coube aos estados a organização e a manutenção da instrução primária.

Essa determinação consagrou o dualismo na educação brasileira e oficializou a separação entre a educação para a classe dominante e a educação para o povo. Entretanto, a estrutura social, à qual se destinava a instrução pública primária e profissionalizante, encontrava-se mais complexa do que antes, na sociedade escravocrata. A composição social popular abrangia uma divergência de interesses, origens e posições. Existia uma pequena burguesia, uma camada média de intelectuais, a classe militar, uma burguesia industrial em ascensão e um contingente de imigrantes que, na zona urbana, ocupava-se de diferentes profissões e, na zona rural, dedicava-se à agricultura.

Neste contexto em que fermentavam ideias nacionalistas, surgiu um movimento reformador da cultura e da educação, que passou a pressionar o governo para que oferecesse mais educação. Infelizmente esse movimento renovador, “[...] ensaiando modificações globais ou parciais, não conseguiu alargar-se além da esfera do ensino primário e de seus problemas fundamentais” (Rosa, 1980, p. 87).

O descaso na formulação de políticas educacionais para a organização e difusão do ensino primário, na primeira república, refletiu a busca de legitimação política do regime republicano além da conformação e disciplinarização da força de trabalho. Uma das formas defendidas por integrantes da elite econômica e política, assim como pelos intelectuais de integração do país à modernidade e ao cenário internacional capitalista, naquele momento, seria a escolarização da população analfabeta.

A educação de primeiras letras no Paraná

Depois da emancipação da Comarca de São Paulo a província contava com vinte distritos de instrução pública circunscritos às respectivas povoações: Curitiba, Votuverava, Castro, Jaguariaíva, Tibagi, Ponta Grossa, Guarapuava, Palmas, Rio Negro, Príncipe, Palmeira, Campo Largo, Iguaçu, São José dos Pinhais, Porto de Cima, Morretes, Antonina, Guaraqueçaba, Paranaguá, Guaratuba (Paraná, 1854). No período inicial de organização administrativa a província paranaense contava com cerca de 62 mil habitantes, sendo que destes, 10.189 estavam na condição de escravizados (Paraná, 1854).

Embora o discurso dos governantes paranaenses enfatizasse a centralidade e a importância da propagação do ensino, a precariedade e o descaso estiveram presentes na realidade educacional. Entre o propagado nos discursos e relatórios oficiais e o efetivado no setor educacional havia um abismo muito grande na instrução primária da população. Em uma sociedade governada pelos interesses de uma oligarquia de grandes proprietários rurais “[...] os interesses do povo jamais foram atentamente considerados e seriamente defendidos” (Costa, 1998, p. 336).

A instrução pública era restrita a uma parcela da população considerada como cidadã, os demais libertos, ingênuos e escravizados foram excluídos do processo educacional e relegados à marginalidade.

Para a pequena população que frequentava as aulas foi estipulado que fosse cumprida a obrigatoriedade do ensino, conforme o Regulamento da Instrução Pública de 1857 (Miguel, 2004a). Para viabilizar a frequência ficou determinado que o estado financiaria as crianças que precisassem de ajuda material, pois de outra forma elas não frequentariam a escola. Os meninos pobres receberiam papel, penas, tintas, livros e compêndios necessários para o ensino. Nas escolas públicas e particulares só seriam utilizados livros autorizados pelo inspetor geral. A fiscalização do ensino primário na província era exercida por uma comissão de três membros: um nomeado pelo governo e dois pela Câmara Municipal.

Um novo regulamento foi decretado em 1871, tratando da Instrução Pública Primária e do ensino particular. O documento estabeleceu que a instrução seria gratuita, incluindo no programa a instrução religiosa, que visava às orações e ao catecismo, abrangendo o velho e o novo testamento. Nas escolas do sexo feminino, além das matérias de leitura, caligrafia, gramática, língua nacional e aritmética, seriam ensinados os diversos trabalhos de agulha (Paraná, 2004b).

Cinco anos mais tarde foi aprovado o Regulamento Orgânico da Instrução Pública, considerado como uma legislação completa e a mais bem elaborada do período provincial. O objetivo desse Regulamento foi reestruturar as diretrizes educacionais do ensino público e determinar a obrigatoriedade da frequência às aulas.

A partir desse quadro educacional modesto, nas diversas tentativas de organização da instrução pública na Província do Paraná, por meio da aprovação de regulamentos, o ensino paranaense esbarrou em diversas dificuldades. A falta de escolas e de profissionais para seu provimento, os baixos índices de escolarização, os escassos investimentos governamentais

no ensino refletiram em uma escola elitista, a qual cumpria um papel social de reproduzir a realidade, mantendo a discriminação social e a dominação.

Com a proclamação da república a situação política do Paraná não se alterou muito, apesar da nomeação de sucessivos governantes. A organização da Constituição de 1891 agravou a situação educacional do Estado, devido às disputas políticas. Essa instabilidade política acarretou dificuldades para a institucionalização da escola, principalmente em relação aos regulamentos que eram criticados e revogados por outro, de tal forma que as mudanças prejudicavam o trabalho das escolas. (Wachowicz, 1984)

Assim, as reformas empreendidas pelos vários governos contribuíram para o agravamento da instrução pública no Paraná e dificultaram a continuação das propostas educacionais. O regime republicano deparou-se com um estado onde a instrução pública era precária e o índice de analfabetismo elevado. O Paraná contava com uma população de 249.491 habitantes em 1890, sendo que apenas com 6.848 alunos de 6 a 15 anos estavam matriculados nas escolas (Ratacheski, 1953).

A utilização de cartilhas nas escolas paranaenses

A situação em que se encontrava a instrução pública era justificada pelo governo como sendo responsabilidade dos professores e da ausência de um mecanismo de controle e de fiscalização que funcionasse eficazmente. Atribuída a culpabilidade do contexto aos seus próprios funcionários e professores, o governo paranaense desincumbiu-se do estado precário em que se encontrava a instrução pública primária. No que concerne à frequência à escola, somente aos meninos de 7 a 14 anos era obrigatória a matrícula; para as meninas de 7 a 12 anos facultava-se a frequência. Essa indiferença com a instrução feminina encontrou respaldo na Constituição Nacional, no artigo 70, que indicava que mulheres eram proibidas de participarem das eleições, pois somente os homens alfabetizados poderiam votar.

Em 1903 foi aprovado o Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado do Paraná, que constitui o ensino primário em dois graus, dividido em duas séries ou anos. No que se refere à coeducação, o ensino continuou a ser ministrado em classes distintas, para meninos e para meninas, sendo proibido o ensino misto.

Na questão metodológica, o regimento ressaltou a utilização do método intuitivo, atentando para o caráter mais prático do que teórico do nível de ensino elementar. O processo de ensino intuitivo visava ao desenvolvimento da capacidade de observação dos

alunos e memorização das lições. A adoção desse método representou uma conquista da pedagogia moderna, no período indicado.

O método intuitivo foi utilizado nas escolas em contraposição ao método verbalista e consistia no exercício reflexivo dos sentidos e no cultivo das faculdades de observação, vindo a substituir a metodologia de ensino mútuo. No Brasil, o método intuitivo chegou primeiro por meio de alguns compêndios de "Lições de Coisas", inspirados em similares franceses ("*Leçon de Choses*"). Em 1886, a Tipografia Nacional publicou as Primeiras Lições de Coisas, do americano Norman Allison Calkins, com tradução e adaptação de Rui Barbosa, cuja adoção pelo governo imperial marcou oficialmente a introdução deste método nas escolas normais e entre os professores primários. Rui Barbosa, adepto das ideias liberais, procurou dar um novo direcionamento pedagógico para as escolas brasileiras a partir da adoção do manual. Nele, Calkins reforçou a importância da visão enquanto suporte cognitivo para compreender o que está sendo ensinado, pois os olhos "[...] "são as janelas da alma, por onde advêm a cada um todas as noções de cores, forma, tamanho, posição, escripta e innúmeras qualidades dos objetos" (Calkins, 1950, p. 161)

A ineficácia das reformas empregadas denunciou uma situação na qual a instrução pública foi considerada precária e o índice de analfabetismo elevado. Para solucionar o problema, foram adotados métodos e materiais para tentar suprir a carência e aumentar os índices de alfabetização no país. Deu-se início a definição do currículo da escola primária, incluindo leitura e escrita, consideradas essenciais para a formação do cidadão conforme os ideais do regime republicano. "Foi com esse entendimento que se desencadeou a mobilização pela implantação e expansão das escolas primárias, assim como as campanhas de alfabetização de adultos" (Saviani, 2011, p. 317).

No Paraná, com a modernização das gráficas e a adoção de padrões estrangeiros para as edições, propiciou a produção e utilização de cartilhas para o ensino da leitura e escrita. A primeira cartilha que circulou nas escolas primárias foi a Cartilha Progressiva, escrita pelo professor paranaense Lindolpho Pombo (Collares, 2008).

A cartilha empregou o método intuitivo para o ensino da leitura para ser utilizado pelos alunos nas escolas públicas e particulares do Paraná e de outros estados. A proposta do autor iniciava com o ensino de sílabas simples, na qual o aluno, em pouco tempo, poderia combiná-las até formar palavras mais complexas e exprimir pensamentos (Pombo, 1907).

A estrutura organizada por Lindolpho Pombo possibilitava que o professor combinasse o método fônico com o método intuitivo ou objetivo (1907). O método fônico tem como ponto de partida a aprendizagem das letras para depois combinar e formar palavras. Para Capovilla (2004) esse método parte da relação direta entre fonemas e grafemas, inicialmente dos sons mais simples para os mais complexos, começa pelas vogais depois são inseridas as consoantes e, por último, se formam as sílabas seguidas das palavras. Os educadores paulistanos, dentre eles, Arnaldo de Oliveira Barreto, Carlos Alberto Gomes Cardim e Theodoro de Moraes defendiam o método analítico para o ensino da leitura em oposição aos métodos utilizados no início do século XX (Mortatti, 2019). No método analítico o ensino da leitura deveria ser iniciado pelo “todo”, para depois se proceder à análise de suas partes constitutivas.

No Brasil o processo inicial do ensino da leitura esteve associado ao uso de diferentes métodos de alfabetização, em que ora priorizavam os métodos sintéticos, ora os analíticos ou os mistos. Desde o império, eram utilizados “[...] métodos de marcha sintética (da ‘parte’ para o ‘todo’): da soletração (alfabético), partindo do nome das letras; fônico (partindo dos sons correspondentes às letras); e da silabação (emissão de sons), partindo das sílabas” (Mortatti, 2006, p. 5).

Em um contexto marcado pelos ideais do regime republicano, e principalmente pela necessidade de formação do trabalhador e cidadão civilizado, os livros escolares desempenharam importante papel no projeto educativo de sociedade. Para Noronha (2004) a constituição da primeira república seu deu a partir da constituição do Estado nacional; da formação do trabalhador para o capital (ideologia do trabalho) e a transformação do súdito em cidadão (ideologia da educação). A formação do trabalhador, ideologicamente marcada, pelo disciplinamento e pela moralidade refletia-se nas palavras e frases veiculadas nos livros escolares, dentre eles a Cartilha Progressiva (1907). O discurso moralizante está presente em frases como: “João é bom e nobre” (p. 69), “Este menino, que é estudioso, vai indo bem e merece, por isso, os aplausos de seus amigos e os elogios do nosso professor.” (p. 70). A educação pautava-se na concepção preventiva da moralidade social e sua tarefa consistia na homogeneização do povo (Noronha, 2004).

A proposta da Cartilha Progressiva, organizada por Pombo (1907) pretendia que os alunos, a partir da aprendizagem das palavras, teriam condições de ler frases e textos

conforme a lição ensinada. Contudo, as frases eram descontextualizadas e não havia coesão entre elas, como por exemplo na lição: “Cathedral de Curitiba. Mares glaciaes. Ora, não diga nada. Foi hontem o navio. Houve briga e morte” (Pombo, 1907, p. 56). Pode-se perceber, a partir das frases, que a preocupação com o ensino da leitura remetia aos princípios da aquisição do código escrito. A leitura foi concebida então como ato de decodificação, como reprodução das ideias do autor do texto.

Desde o início do período republicano os secretários de instrução pública do Paraná ressaltavam em seus relatórios a necessidade de “uniformizar” a utilização de livros escolares para o ensino da leitura e escrita nas escolas públicas. Com esse intuito foram indicados os livros de Hilário Ribeiro (1º. Livro de Leitura, 2º. Livro de leitura e 3º. Livro de leitura) e o livro de João Ribeiro, Gramática Elementar, 1º. Tomo (Paraná, 1901).

Hilário Ribeiro de Andrade e Silva (1847-1886) foi um escritor, educador, poeta, dramaturgo e biógrafo. Atuou, principalmente, na produção de livros didáticos, como o Primeiro livro de leitura, publicado em 1878, o Segundo livro de leitura e a Cartilha Nacional para ensino simultâneo de leitura e caligrafia, publicada em 1884 (Frade, 2023). A cartilha tinha como proposta metodológica o método sintético pela soletração e silabação de palavras e continha frases que salientavam o sentimento e a valorização dos símbolos brasileiros. As ideias nacionalistas surgiram como pano de fundo na constituição de novos estados e, no caso no Brasil, surgiram com a implantação do regime republicano.

No período de 1880 a 1914, o nacionalismo teve um grande avanço, tanto no seu conteúdo político quanto ideológico, tornando-se a nova religião dos estados. Também se tornou indispensável para a manutenção ideológica do nacionalismo o papel desempenhado pela educação. A escola foi uma das instituições responsável para construir o novo cidadão, dando-lhe formação moral para o progresso da sociedade, oferecendo-lhe uma educação elementar, que atendesse grande parte da massa ou, pelo menos, alfabetizasse a população. Cabia, também, à escola “[...] ensinar todas as crianças a serem bons súditos e cidadãos”. (Hobsbawm, 1992, p. 213).

Na área educacional, as manifestações nacionalistas expressaram-se por meio dos livros didáticos de conteúdo cívico. De acordo com o autor, as disciplinas de Português, Geografia, História do Brasil e Educação Moral e Cívica passaram a ter uma importância fundamental na nacionalização do indivíduo. Entretanto, os livros não foram muito utilizados devido à falta de conteúdos que atendessem às exigências do nacionalismo.

Apesar da indicação dos governantes para a padronização dos livros didáticos, ainda persistiam muitas dificuldades para a adoção de um exemplar específico para ser utilizado nas escolas públicas. Os livros didáticos eram adquiridos pelas famílias e, muitos alunos levavam para a escola o que já possuíam. Isso também se tornou um empecilho para a permanência dos alunos na escola, porque aqueles que não tinham condições para adquirir um livro para leitura acabavam desistindo de frequentar as aulas.

Em 1903 novamente o secretário de instrução pública reforçou a indicação para utilização dos livros de Hilário Ribeiro (1º, 2º e 3º), acrescentando ainda, a Cartilha Infantil de Jayme Ballão, Gramática Portuguesa de João Ribeiro, O Brasil e o Paraná para uso nas escolas primárias de Sebastião Paraná e História da América de Rocha Pombo. Os livros que abordavam a história regional e do país traziam em seu conteúdo um sentimento patriótico, que não perturbasse a ordem necessária à construção da nação e à consolidação do regime republicano. A obra de Sebastião Paraná, editado em 1903, foi considerado pela comissão que o aprovou, como capaz de cumprir “a missão cívica” de apresentar o “Estado do Paraná aos futuros professores do ensino primário” (Leopoldino, 2017).

A persistência do governo paranaense para uniformizar a utilização de livros escolares nas escolas públicas esbarrou em dificuldades financeiras das famílias. Contudo, nas escolas particulares, como por exemplo, no Colégio Santos Dumont, dirigido por Marianna Coelho, era utilizada a Cartilha Maternal ou A arte de leitura do escritor português João de Deus para alfabetizar os alunos. Sua obra ficou conhecida pela introdução do "método João de Deus" ou "método da palavração" na década de 1880, que propôs iniciar o ensino da leitura pela palavra e depois analisá-la a partir dos valores fonéticos das letras.

Essa fase foi marcada pela transição entre métodos tradicionais e inovadores, trazendo novas abordagens que influenciaram as práticas pedagógicas da época (Mortatti, 2019). O ensino da leitura, de modo sistemático e intencional, concretizou-se a partir das cartilhas de alfabetização: “[...] um tipo de livro didático destinado ao ensino inicial da leitura e da escrita, no qual se apresenta a sequência didática ideal e pré-determinada (normalmente ‘do simples ao complexo’) para o ensino dos correspondentes conteúdos de ensino (Mortatti, 2019, p. 51).

Com a definição do currículo da escola primária e das disciplinas escolares, incluindo leitura e escrita, foram consideradas essenciais para a formação do cidadão conforme os

ideais do novo regime. “Foi com esse entendimento que se desencadeou a mobilização pela implantação e expansão das escolas primárias, assim como as campanhas de alfabetização de adultos” (Saviani, 2010, p. 317). O sucesso ou fracasso do ensino e da aprendizagem inicial da leitura e escrita tornou-se um indicador importante da eficácia do modelo republicano de escola primária pública, laica e gratuita.

A alfabetização passou a ser vista como um pilar importante para a construção da sociedade republicana e a escola seria um instrumento para auxiliar na difusão dos princípios liberais. Para tanto, seguindo o modelo educacional de São Paulo, o governo paranaense implantou os grupos escolares que foram criados em cidades que possuíam um maior núcleo populacional, em função do seu desenvolvimento econômico. Os grupos escolares assumiram papel importante na alfabetização da população pois, sua organização didático-pedagógica diminuiu a porcentagem de analfabetos no estado (Paraná, 1920).

A disseminação das escolas primárias refletia, na época, o chamado “entusiasmo pela educação”, o qual se corporificou através de um caráter quantitativo que se resumiu na ideia de expansão da rede escolar e na tarefa de desanalfabetização da população.

O ideário escolanovista conjugava seus princípios com o otimismo pedagógico, que centrou sua preocupação na melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar. A propagação das escolas públicas no Estado do Paraná tornou-se uma reivindicação constante das autoridades educacionais.

O discurso da alfabetização da população foi assumido pelos republicanos, justificando-se pela importância para o desenvolvimento do país. Porém, devido à situação precária das escolas, a dificuldade em alcançar os resultados almejados, segundo os ideais da doutrina liberal, tornou-se bandeira de vários governos.

As escolas funcionavam em estado precário e apresentavam vários problemas, como carência de professores e, conseqüentemente, classes numerosas, professores mal remunerados, sendo que às vezes não chegavam a receber o salário. O diretor do grupo escolar na maioria das vezes deveria conciliar a atividade administrativa com a regência de classe.

Considerações

No Paraná, as disputas e as alternâncias no poder impediram qualquer ação governamental que incentivasse a escolarização da população analfabeta, o que ocasionou a descontinuidade dos programas iniciados. Como a instrução pública permaneceu precária

durante o início do século XX, somente com a urbanização e expansão dos núcleos populacionais, a população começou a perceber a escola como uma das instituições necessárias para possibilitar o acesso ao mercado de trabalho.

Para escolarizar a população e ampliar o acesso à educação foram tomadas medidas e soluções para garantir a alfabetização e assim, inserir os indivíduos no processo de modernização da sociedade. Dentre as estratégias utilizadas, a cartilha e os livros didáticos desempenharam um papel importante na veiculação do discurso ideológico propagado pela elite dominante. As cartilhas utilizadas para alfabetização da população ultrapassavam a sua função instrumental, pois também serviam como veículo e instrumento para difundir a ideologia da classe dominante.

Outro destaque em relação a impressão e divulgação dos materiais para o ensino da leitura é a predominância masculina na produção de livros didáticos e cartilhas. Assim, como na docência do magistério a profissionalização feminina partiu do entendimento de que a educação escolar era uma extensão da educação dada em casa. A posição de destaque intelectual foi assumida pelos homens intelectuais da época, enquanto modelo de provedor e responsável pela família.

As cartilhas e os livros didáticos circularam nas escolas primárias do estado e foram responsáveis pelo ensino da leitura e depois da escrita. Contudo, destaca-se no conteúdo das cartilhas escolares, neste estudo, a Cartilha Progressiva, a presença do discurso ideológico defendido pela classe dominante, com vistas para a moralização do homem e disciplinamento do trabalhador.

Referências

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (De 24 De Fevereiro De 1891). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em 10 fev 2025.

CALKINS, Norman Alisson. **Primeiras lições de coisas** - manual de ensino elementar para uso dos pais e professores. Tradução de Rui Barbosa. Obras Completas, v. XIII, tomo 1, Rio de Janeiro, 1950. 573 p.

CAPOVILLA, Alessandra Gotuzo Seabra. **Alfabetização: método fônico**. São Paulo: Memnon, 2004.

COLLARES, Solange Aparecida de Oliveira. **História da Cartilha Progressiva (1907) nas escolas do Estado do Paraná**. 167p. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2008

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Hilário Ribeiro de Andrade e Silva (1847-1886). In: VALDEZ, Diane (orgs). **Dicionário de autoras(es) de cartilhas e livros de leitura no Brasil (Século XIX)**. Goianina: Cegraf, 2023. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/web/up/688/o/dicion%C3%A1rio_de_autoras_e_cartilhas_de_leituras.pdf. Acesso em 10 fev 2025.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEOPOLDINO, Maria Aparecida. Letrados e escrita da história escolar: Sebastião Paraná e o manual O Brasil e o Paraná para uso nas escolas primárias. **História e Perspectivas**, Uberlândia, jul/dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/42807/22309>. Acesso em: 10 fev 2025.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Conferência proferida durante o Seminário “Alfabetização e letramento em debate”, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso em: 1 fev 2025.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Métodos de alfabetização no Brasil: uma história concisa** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2019, 175 p. <https://doi.org/10.7475/9788595463394>. Acesso em: 1 fev 2025.

NORONHA, Olinda Maria. **Ideologia, trabalho e educação**. Campinas: Alínea, 2004.

PARANÁ. Regulamento Geral da Instrução Pública de 8 de abril de 1857. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; MARTIN, Sonia Dorotea (Orgs.). **Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889**. Brasília: INEP, 2004a.

PARANÁ. Regulamento da Instrução Pública Primária de 13 de maio de 1871. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; MARTIN, Sonia Dorotea (Orgs.). **Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889**. Brasília: INEP, 2004b.

PARANÁ, **Relatório apresentado do Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva**. 31 de dezembro de 1901. Curityba: Atelier Novo Mundo, 1901.

PARANÁ. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Exmo Sr. Afonso Alves de Camargo, Presidente do Estado, 1/02/1920**. Curityba: [s.n.], 1920.

POMBO, Lindolpho. **Cartilha Progressiva**. 3.ed aumentada e melhorada. Rio de Janeiro: J. Fonseca Saraiva & C.a., 1907.

PONCE, Anibal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Autores Associados, 1982.

RATACHESKI, Alir. Cem anos de ensino no Estado do Paraná. In: **Câmara de Expansão Econômica do Paraná: 1853-1953**. Curitiba: Governo do Paraná, 1953.

RIBEIRO, Hilário. **Cartilha nacional para o ensino simultâneo de leitura e caligrafia**. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1884.

RIBEIRO, Hilário. **Novo segundo livro de leitura**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., Editores, 1887.

ROSA, Maria da Glória de. **História do ensino agrícola no Brasil República**. Marília, Unesp, 1980.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.

XAVIER, Elizabete Sampaio Prado Xavier. **Capitalismo e escola no Brasil**. Campinas: Papirus, 1990.

WACHOWICZ, Lilian Anna. **A relação professor/Estado no Paraná tradicional**. São Paulo: Autores Associados, 1984.

Nota

ⁱ Pesquisa financiada com recursos do CNPq por meio do Edital 23/2023.

Sobre as autoras

Vera Lucia Martiniak

Doutorado em Educação, na linha de concentração em História, Filosofia e Educação pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. É professora Associada do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de História e Políticas Educacionais e do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva-Profei.

E-mail: veramartiniak07@yahoo.com.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3092-9817>

Luciana Kubaski Alves:

Possui graduação em Pedagogia (UEPG, 2010), Mestrado em Educação (UEPG, 2015) e Doutorado em Educação concluído em 2021 (UEPG). Atua como professora da educação básica e do ensino superior. Integrante do grupo de pesquisas HISTED-BR Campos Gerais.

E-mail: lucianakubaski@hotmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7931-447X>

Recebido em: 04/07/2025

Aceito para publicação em: 17/08/2025